

AEPSA

Audição sobre as PPL 123/XII (GOV) e 125/XII (GOV)

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E  
PODER LOCAL

13 de Março de 2013

## AGENDA

1. Apresentação da AEPSA
  - a) A AEPSA em Portugal
  - b) Estratégia da AEPSA para o triénio 2012-2014
2. A Proposta de Lei n.º 123/XII
3. A Proposta de Lei n.º 125/XII
4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012
5. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII e da Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 com a Proposta de Decreto-Lei n.º 613/2012

## 1. Apresentação da AEPSA | AEPSA em Portugal

- ❖ Criada em 1994, a AEPSA – Associação das Empresas Portuguesas do Setor do Ambiente, representa 65 associados que se traduzem num volume de negócios anual de cerca de 1.500 milhões de euros.
- ❖ Com a recente fusão, por integração da ANAREPRE (Associação Nacional dos Recuperadores de Produtos Recicláveis ), a AEPSA tem agora por objeto a representação e a defesa dos interesses coletivos das empresas privadas em toda a cadeia de valor do ambiente em Portugal.
- ❖ Entre os seus associados, a AEPSA conta com as empresas representantes de concessionárias de:
  - Sistemas de abastecimento de água;
  - Saneamento de águas residuais, e de;
  - Recolha de resíduos sólidos urbanos
- ❖ Aquelas concessionárias prestam um serviço público a mais de dois milhões de Portugueses, em 41 municípios do País.

## 1. Apresentação da AEPSA | Estratégia da AEPSA para o triénio 2012-2014

A AEPSA defende um sector mais eficiente e mais profissional, baseado na seguinte Estratégia para o País:

- ❖ Reestruturar o sector, procurando um preço dos serviços mais justo, com menos assimetrias regionais e mais sustentável;
- ❖ Investir com critério, promovendo a construção de novas infra-estruturas sempre que a disponibilização do serviço seja uma necessidade sentida pela população, e renovando as redes e infra-estruturas Municipais sempre que necessário;
- ❖ Gerir adequadamente o ciclo de vida dos activos, garantindo adequada operação, manutenção e gestão patrimonial de infra-estruturas e equipamentos;
- ❖ Criar um modelo económico-financeiro equilibrado, com tarifas justas e expurgadas de ineficiências, que cubram os custos do serviço, mas que sejam socialmente comportáveis;
- ❖ Garantir a prestação de serviços com elevados níveis de qualidade;
- ❖ Garantir a sustentabilidade dos sistemas para as gerações futuras;

A estratégia proposta abrange, água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.



## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

### No caso de sistemas Multimunicipais (1)

- ❖ As concessões relativas às atividades de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), são outorgadas pelo Estado e podem ser atribuídas:
  - A empresas cujo capital social seja maioritariamente subscrito por entidades do setor público, nomeadamente autarquias locais; ou
  - A empresas cujo capital social seja maioritária ou integralmente subscrito por entidades do setor privado.

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

### No caso de sistemas Multimunicipais (2)

- ❖ A concessões de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, mantem-se a situação de origem, isto é:
  - São outorgadas pelo Estado e só podem ser atribuídas a empresas cujo capital social seja maioritariamente subscrito por entidades do setor público, nomeadamente autarquias locais.




## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

### No caso de sistemas Multimunicipais (2)

- ❖ A concessões de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, mantem-se a situação de origem, isto é:
    - São outorgadas pelo Estado e só podem ser atribuídas a empresas cujo capital social seja maioritariamente subscrito por entidades do setor público, nomeadamente autarquias locais.
- 
- Mas podem ser subconcessionadas a empresas cujo capital seja maioritária ou integralmente subscrito por entidades do setor privado.

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

### No caso de sistemas Multimunicipais (3)

- ❖ Os sistemas multimunicipais, que exigiam um investimento predominante a efetuar pelo Estado, passam somente a exigir a intervenção do Estado em função de razões de interesse nacional.
  - A definição é mais ampla, agora associado a razões de interesse nacional e desligado das necessidades de investimento, o que permite reconduzir a esse conceito sistemas cuja titularidade estatal assenta em outras razões de interesse nacional.

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ Podem ser concessionadas as atividades de:
  - Captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, em ambos os casos através de redes fixas, e
  - Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

### No caso de sistemas Multimunicipais (3)

- ❖ Os sistemas multimunicipais, que exigiam um investimento predominante a efetuar pelo Estado, passam somente a exigir a intervenção do Estado em função de razões de interesse nacional.
  - A definição é mais ampla, agora associado a razões de interesse nacional e desligado das necessidades de investimento, o que permite reconduzir a esse conceito sistemas cuja titularidade estatal assenta em outras razões de interesse nacional.

### No caso de sistemas Municipais

- ❖ Eram considerados sistemas municipais “todos os outros, incluindo os geridos através de associações de municípios”.
- ❖ Agora são considerados sistemas municipais: “todos os outros, incluindo os geridos através de entidades intermunicipais ou associações de municípios para a realização de finalidades especiais”.

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ ASSIM, QUANTO AO SUBSECTOR DA ÁGUA E SANEAMENTO:
  - ❖ Prevê-se a reorganização, sem alteração da natureza das entidades gestoras, que permanece maioritariamente pública.
  - ❖ A estratégia definida de maior abertura do subsector aos privados concretiza-se, através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas de titularidade estatal poderem subconcessionar tais atividades a privados.
  - ❖ Aparentemente, a EPAL, que não opera sob o regime de concessão, não é abrangida pelas alterações em apreço.
  - ❖ De facto, por não ser uma concessão, também não pode ser subconcessionada.
  - ❖ Na prática, os municípios abrangidos pela EPAL terão uma limitação diferente dos municípios do resto do País: não é aplicável a hipótese do regime de subconcessão a entidades dos setor privado.

## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

### Análise às alterações

- ❖ QUANTO AO SUBSETOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS :
  - ❖ É criada a oportunidade de privatização, abrindo-se a possibilidade das concessões virem a ser geridas por entidades privadas.
  - ❖ Prevê-se, assim, a sua autonomização do subsector no grupo Águas de Portugal e a implementação de medidas que promovam a sua abertura ao sector privado.
  - ❖ Tal estratégia implica a entrada maioritária de entidades privadas nas atividades de recolha e tratamento de RSU, através da alienação das participações sociais do Estado nas concessionárias dos sistemas multimunicipais.
  - ❖ Da conjugação do nº 1 com o nº 5 (ambos do Artigo 1º), não é claro qual o regime aplicável aos sistemas intermunicipais.



## 2. A Proposta de Lei nº 123/XII

- ❖ Na generalidade, a AEPSA concorda com a presente Proposta de Lei.
- ❖ Na especialidade:
  - Não se compreende a exceção feita à EPAL e, por conseguinte, à sua área geográfica de abrangência.
  - Da conjugação do nº 1 com o nº 5 (ambos do Artigo 1º), não é claro qual o regime aplicável aos sistemas intermunicipais.



### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII



### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII

- ❖ No entender da AEPSA, o grau de abrangência das Entidades Reguladas é amplamente vasto, abrangendo todas as entidades gestoras, o que se considera muito positivo (Artigo 4º dos Estatutos).
- ❖ De facto, a AEPSA considera que um Regulador independente, proactivo e com amplos poderes introduz transparência, credibilidade e confiança no setor e, por conseguinte, nas entidades gestoras.
- ❖ Pelo exposto, a AEPSA, na generalidade emite o seu parecer favorável.



### 3. A Proposta de Lei n.º 125/XII

- ❖ Na especialidade, algumas disposições suscitam-nos as seguintes dúvidas:
- ❖ Artigo 8.º Não compreendemos a intenção da Proposta de Lei.
  - Nesse Artigo é referido que a “extensão do disposto nos estatutos da ERSAR, aprovados em anexo à presente lei, no que concerne ao n.º 3 do artigo 5.º e ao artigo 14.º, aos sistemas de gestão delegada de serviços de titularidade estatal fica dependente da revisão dos respectivos diplomas e daqueles que fixam o modelo de transferências entre esses e os sistemas multimunicipais.”
  - Ora, neste caso (que na prática se resume à EPAL), afinal a ERSAR não atua como Regulador de amplos poderes.
  - Pelo menos, a EPAL fica excluída até que se verifique a “revisão dos respectivos diplomas”, cujo prazo não se encontra estabelecido.



### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII

- ❖ Na especialidade, algumas disposições suscitam-nos as seguintes dúvidas:
- ❖ Artigo 8º Não compreendemos a intenção da Proposta de Lei.
  - Salvo melhor opinião, tal situação, a perdurar no tempo, poderá configurar uma desigualdade de tratamento, de direitos e de deveres, entre as entidades gestoras e os consumidores abrangidos pela área geográfica da EPAL, face ao resto do País.

### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII

- ❖ Na especialidade, algumas disposições suscitam-nos as seguintes dúvidas:

Quanto aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

- ❖ Artigo 5º, nº 3, alíneas d) e f)
  - Em nossa opinião, não está claro na presente Proposta, nem na conjugação com a restante legislação em vigor, a forma e tipo de intervenção da ERSAR junto dos municípios ou das entidades gestoras nas quais são delegados os sistemas municipais.
  - Preocupa-nos especialmente a presente disposição legal no quadro das concessões de sistemas municipais ou intermunicipais.
  - Recordamos que um dos pressupostos de uma concessão de longo prazo é a sua estabilidade e previsibilidade nas trajetórias de tarifas ao longo do período das concessões.

### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII

- ❖ Na especialidade, algumas disposições suscitam-nos as seguintes dúvidas:

Quanto aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

- ❖ Artigo 5º, nº 3, alíneas d) e f)
  - Os contratos de concessão foram celebrados entre os Municípios e as Concessionárias após um processo de concurso público internacional. Esses contratos respeitaram a legislação e as regras de concorrência à data de lançamento e adjudicação do respetivo procedimento.
  - Fazemos notar que as alterações unilaterais de tarifas implicam modificações nos contratos e podem implicar alterações ao seu financiamento, já que os contratos de financiamento das concessões, estabelecidos entre as instituições financeiras e os operadores privados, não previam este tipo de alterações às tarifas.

### 3. A Proposta de Lei nº 125/XII

❖ Na especialidade, algumas disposições suscitam-nos as seguintes dúvidas:

Quanto aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

❖ Artigo 5º, nº 3, alínea g)

- Não está claro como é que o Regulador possa dar as garantias aqui definidas.
- Tal disposição requer profundas alterações de funcionamento económico de todas as entidades gestoras (sem exceção) e altera completamente os pressupostos de livre contratação entre Municípios e Concessionárias, bem como o valor dos contratos.
- Este ponto é, em nosso entender, muito sensível e deveria ser debatido e aprofundado num quadro legislativo e regulamentar mais amplo que a presente Proposta de Lei.

### 3. A Proposta de Lei n.º 125/XII

- ❖ Fazemos notar que há ainda mais dois Diplomas em preparação:
  - A Proposta de Lei N.º 602/2012, que procede à alteração regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água residuais e de gestão de resíduos urbanos;
  - O Projeto de Decreto-Lei N.º 613/2012, que altera o regime jurídico dos serviços dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- ❖ No caso do primeiro diploma, em vez de introduzir alterações de fundo no DL 194/2009, o Governo optou por fazer uma alteração cirúrgica onde só mexe na possibilidade dos sistemas multimunicipais e intermunicipais poderem cobrar diretamente a factura ao cliente final.
- ❖ Ora, a proposta de alterações do DL 194/2009 merece muitas dúvidas. Em nossa opinião, algumas matérias são confusas e outras impraticáveis.



### 3. A Proposta de Lei n.º 125/XII

- ❖ Pelo que a apreciação da Proposta de Lei n.º 125/XII, que altera o Estatuto Jurídico da ERSAR deve ser precedida da análise de todo o pacote de alterações preconizado pelo Governo.



4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a  
Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012




#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

- ❖ O Artigo 5.º, n.º 3, alínea g) do novo Estatuto da ERSAR refere o seguinte:
  - São atribuições da ERSAR de regulação económica: “Garantir a faturação detalhada pelas entidades prestadoras dos serviços, num quadro de identificação decomposta das várias parcelas que compõe o valor final da factura, visando a desagregação, perante o utilizador final, das diferentes componentes dos custos respeitantes às atividades de águas, saneamento, gestão de resíduos e outros, a qual deve possibilitar o acesso direto dos fornecedores à sua parcela de custos na fatura detalhada.”
- ❖ Estas disposições são densificadas na Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012, a qual merece muitas dúvidas.

## 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

- ❖ As faturas atualmente enviadas ao consumidor final já são extensas, complexas e muitas vezes incompreensíveis para alguns consumidores.
- ❖ Recorde-se que a ERSAR emitiu uma Recomendação nº01/2010 sobre os conteúdos das faturas que exige um elevado grau de detalhe das faturas e que, por vezes gera dúvidas de interpretação em alguns consumidores.

  
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

**Recomendação ERSAR n.º 1/2010**

**CONTEÚDOS DAS FATURAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PRESTADOS AOS UTILIZADORES FINAIS**


**("CONTEÚDOS DAS FATURAS")**

Considerando que:

- A fatura constitui um veículo fundamental de comunicação em qualquer relacionamento comercial, em particular no quadro da prestação de serviços públicos essenciais, onde se integram os serviços de águas e resíduos, pois é através dela que a entidade gestora dá a conhecer aos seus utilizadores o serviço prestado, o respectivo preço e as informações necessárias e úteis ao relacionamento estabelecido.
- Se verifica atualmente uma grande disparidade nos tarifários aplicados aos utilizadores finais dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, não apenas no que respeita à sua estrutura e valores, mas igualmente em termos da terminologia utilizada e dos conteúdos das faturas apresentadas aos utilizadores finais destes serviços.
- Os tarifários devem possuir uma estrutura progressivamente uniforme em todo o território nacional, devendo as respectivas faturas dos serviços de águas e resíduos respeitar o princípio da transparência e serem de fácil compreensão para o utilizador final, contendo informação sobre a entidade gestora e o utilizador e especificando os serviços prestados, as tarifas aplicadas, as formas de pagamento e outra informação relevante.
- Sem prejuízo da aprovação de legislação específica sobre esta matéria, se considera desejável que, a prazo, os tarifários dos serviços de águas e resíduos, bem como o conteúdo das faturas que se destinem aos respectivos utilizadores finais, adotem a terminologia empregue na Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto, nomeadamente no que respeita à designação das tarifas dos serviços de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos, no sentido de uma maior harmonização e transparência.
- O Capítulo VII do Decreto-Lei n.º 104/2009, de 20 de Agosto, dedicado às relações com os utilizadores, vem clarificar e harmonizar um conjunto de questões que, não respeitando directamente a fixação dos tarifários e conteúdos das faturas, possui importância fundamental na garantia de uma relação saudável e transparente das entidades gestoras dos sistemas com os utilizadores finais que constituem a razão de ser da sua actividade.

Considerando ainda que:


- Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 277/2002, de 2 de Outubro, é atribuída à ERSAR assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, promovendo a melhoria dos níveis de serviço.

  
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos


- Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma, é competência do Conselho Directivo emitir recomendações sobre as matérias sujeitas à regulação da ERSAR.
- Ao abrigo da alínea d) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 104/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, compete à entidade reguladora emitir recomendações gerais relativas aos tarifários dos serviços objecto deste decreto-lei, independentemente do modelo de gestão adoptado para a sua prestação, e acompanhar o seu grau de adopção, divulgando os respectivos resultados.

Assim, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ao abrigo do disposto nos preceitos supra mencionados, emite a seguinte Recomendação, relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, dirigida às entidades gestoras que prestam esses serviços, independentemente do modelo de gestão adoptado.

- 1. INTRODUÇÃO**
  - A presente Recomendação complementa a Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto ("Recomendação Tarifária"), adoptando idêntica terminologia à descrita no ponto 2.2 dessa Recomendação.
  - As faturas devem apresentar um formato e utilizar uma linguagem simples e explícita que facilitem a sua leitura e a compreensão dos seus conteúdos.
  - Quando os serviços de abastecimento, de saneamento e de gestão de resíduos sejam prestados por entidades gestoras distintas, devem estas procurar celebrar entre si acordos no sentido de apresentarem ao utilizador final faturas consolidadas e de, consequentemente, gerarem economias de gama nos custos globais do processo de faturação dos vários serviços.
- 2. RECOMENDAÇÕES COMUNS AOS TRÊS SERVIÇOS**
  - Sem prejuízo do disposto na legislação específica, a informação mínima a constar nas faturas dos serviços de águas e resíduos deve incluir:
    - Os dados de envio da fatura: nome da pessoa singular ou designação da pessoa colectiva e respectivo endereço postal ou electrónico utilizado para efeitos de envio da fatura;
    - A identificação do utilizador final:
      - Nome da pessoa singular ou entidade titular do contrato;
      - Número de identificação fiscal;
      - Identificação do local onde o serviço é prestado;

  
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

- Indicação da tipologia de utilizador final, designadamente, se doméstico ou não doméstico;
- Número de código utilizado pela entidade gestora para identificação específica do utilizador final no seu sistema de gestão de clientes;
- A identificação e contactos da entidade responsável pela emissão da fatura, incluindo o seu endereço postal e contactos telefónico e electrónico para efeitos de esclarecimento de questões relativas à faturação;
- Informação para pagamento:
  - Valor total a pagar ou a receber<sup>2</sup>;
  - Data limite de pagamento;
  - Descrinição do saldo da conta corrente do utilizador final, designadamente especificando faturas anteriores não liquidadas, com indicação do número e valor em dívida;
  - Identificação dos meios de pagamento disponíveis, incluindo informação relevante para a sua utilização;
- Detalhe da fatura:
  - Número da fatura ou nota de crédito (quando aplicável);
  - Data de emissão;
  - Valor total relativo a cada serviço prestado sem imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);
  - Identificação de outras taxas, tributos ou serviços cuja faturação e cobrança tenham sido cometidas à entidade emissora da fatura e respectivos valores;
  - Taxa legal do IVA aplicável a cada serviço, valor do IVA e valor total da fatura com IVA;
- A informação respeitante aos serviços públicos de águas e resíduos pode também incluir:
  - Outros contactos e horários de funcionamento dos serviços de apoio a utilizadores, designadamente, locais de atendimento presencial, centro de atendimento telefónico, linha de fax, linhas telefónicas dedicadas a questões específicas (por

  
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

- Informação específica respeitante à utilização do serviço público de abastecimento de água deve, no mínimo, incluir o seguinte:
  - As datas de início e de fim do período de prestação de serviço que está a ser objecto de faturação, indicando o número de dias decorrido;
  - Dígitos nominal do contador de água instalado, sendo que no caso de haver múltiplos contadores instalados se deverá indicar o seu dígito virtual<sup>3</sup>;
  - Dois últimas leituras reais efectuadas pela entidade gestora, respectivas datas e consumo médio apurado nesse período, expresso em m³/30 dias ou litros/dia;
  - Indicação do período reservado e dos meios alternativos disponíveis para a comunicação de leituras pelo utilizador;
  - Informação relativa à qualidade da água fornecida, designadamente através da indicação da percentagem de análises regulamentares realizadas e da percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos, divulgadas no relatório anual mais recente da ERSAR;
  - Valor unitário da tarifa fixa de abastecimento e valor resultante da sua aplicação ao período que está a ser objecto de faturação;
  - Indicação do método de aferição do volume de água consumido, designadamente, se em virtude de medição efectuada pela entidade gestora, se por leitura comunicada pelo utilizador, ou se por estimativa da entidade gestora;
  - Volume de água consumido, repartido por escalões de consumo, quando aplicável;
- Informação específica respeitante à utilização do serviço público de saneamento de águas residuais deve, no mínimo, incluir o seguinte:
  - As datas de início e de fim do período de prestação de serviço que está a ser objecto de faturação, indicando o número de dias decorrido;
  - Dígitos nominal do contador de água instalado, sendo que no caso de haver múltiplos contadores instalados se deverá indicar o seu dígito virtual<sup>3</sup>;
  - Dois últimas leituras reais efectuadas pela entidade gestora, respectivas datas e consumo médio apurado nesse período, expresso em m³/30 dias ou litros/dia;
  - Indicação do período reservado e dos meios alternativos disponíveis para a comunicação de leituras pelo utilizador;
  - Informação relativa à qualidade da água fornecida, designadamente através da indicação da percentagem de análises regulamentares realizadas e da percentagem de análises em cumprimento dos valores paramétricos, divulgadas no relatório anual mais recente da ERSAR;
  - Valor unitário da tarifa fixa de abastecimento e valor resultante da sua aplicação ao período que está a ser objecto de faturação;
  - Indicação do método de aferição do volume de água consumido, designadamente, se em virtude de medição efectuada pela entidade gestora, se por leitura comunicada pelo utilizador, ou se por estimativa da entidade gestora;
  - Volume de água consumido, repartido por escalões de consumo, quando aplicável;

<sup>2</sup> Designadamente, a entidade gestora não deve utilizar siglas na fatura que dificultem a compreensão da mesma ou, quando o deverá, explicar em linguagem simples os conceitos ou siglas utilizadas na fatura.

<sup>3</sup> A título de exemplo, considerando as características do sistema de gestão de clientes e faturação da entidade gestora, pode-se ter a situação de um ou mais dos seguintes códigos: código de contrato, código de identificação do local, código de contador, código de conta corrente, ou outros.

<sup>4</sup> De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º da Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto ("Recomendação Tarifária"), quando a fatura resultar em crédito a favor do utilizador final, a entidade gestora deve facultar ao utilizador a possibilidade de receber esse valor automaticamente num prazo por ele especificado, podendo a respectiva conservação nos períodos de faturação subsequentes, caso esse valor não seja utilizado.

<sup>5</sup> Adicionalmente, esta informação poderá ser discriminada reportando-se ao tipo de conta associada à emissão de fatura anterior. A título de exemplo, no seu extracto de conta o utilizador poderá consultar todos os movimentos na sua conta desde a última fatura, desde anterior, desde a data de emissão da fatura anterior, movimento ocorrido desde a última fatura (crédito e crédito) e valor a pagar (valor do extracto de conta à data da emissão da fatura actual).

<sup>6</sup> De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º da Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto ("Recomendação Tarifária"), quando se apresentar ao utilizador meios de pagamento alternativos por parte da entidade gestora, com o objectivo de facilitar o processo de pagamento em numerário, devem estes meios ser disponibilizados de forma acessível e não serem discriminados; o cheque por via postal, as redes Multibanco, CTT, Pay-Shop, etc., bem como o depósito directo em conta bancária.

<sup>7</sup> De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º da Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto ("Recomendação Tarifária"), antes que se alterem os valores unitários aplicados aos diferentes escalões de consumo, os valores dos diferentes escalões de consumo instalados? Poderá também ser dada indicação do "custo permanente" (23) previsto no Portaria n.º 1/2007, de 5 de Janeiro.

<sup>8</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 104/2009, de 20 de Agosto ("Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos"), para efeitos de faturação, a entidade gestora deve proceder à leitura real dos instrumentos de medição de consumo de água de acordo com os procedimentos estabelecidos, com uma frequência mínima de uma vez por ano e com um intervalo máximo entre duas leituras consecutivas de oito meses.

<sup>9</sup> De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 104/2009, de 20 de Agosto ("Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas e Resíduos"), a entidade gestora deve assegurar aos utilizadores, de forma acessível, clara e transparente, meios alternativos para a comunicação das leituras, como a internet, o serviço de mensagens curta de mensagens (SMS), os serviços postais ou o telemóvel.

<sup>10</sup> De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º da Recomendação IRAR n.º 1/2009, de 28 de Agosto ("Recomendação Tarifária"), a entidade gestora deve assegurar aos utilizadores, de forma acessível, clara e transparente, meios alternativos para a comunicação das leituras, como a internet, o serviço de mensagens curta de mensagens (SMS), os serviços postais ou o telemóvel.





#### 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

**FACTURA** 30 dias 11

COMUNIQUE-NOS A SUA LEITURA  
808501050 OU www.lusgasalcanema.pt  
Período Ideal: De 15/05/2011 a 20/05/2011  
ADC: 9001125000 ID Creador: 101632  
Nº do Cliente: 01052558

2011.05.16

**Mensagens**  
HORAÇÃO DOS DEBITOS - Segunda a Sexta das 09:00 às 17:00 e das 19:00 às 20:00.

**SATURINO AMBROSIO  
AV BENTO GONCALVES  
258 - 020 A  
ALCANEMA  
7180-000 AL CANEMA**

Descrição	Quantidade	Valor	Descrição	Quantidade	Valor
Água - 1º Escalão	10.5 m³	0.400	Água - 2º Escalão	0.5 m³	0.100
Água - 3º Escalão	0.5 m³	0.100	Água - 4º Escalão	0.5 m³	0.100
Saneamento - 1º Escalão	10.5 m³	0.400	Saneamento - 2º Escalão	0.5 m³	0.100
Saneamento - 3º Escalão	0.5 m³	0.100	Saneamento - 4º Escalão	0.5 m³	0.100

**SUB TOTAL - Lusgas Alcanema** € 14.55

**SUB TOTAL - OUTRAS ENTIDADES** 4.27

**SUB TOTAL - SERVIÇOS DE MORA** 5.75

**SUB TOTAL - IVA** 1.38

**TOTAL FACTURA** 21.95

**CONTAS A PAGAR**  
Valor a pagar: 21.95  
Valor a receber: 0.00  
Valor a pagar: 21.95  
Valor a receber: 0.00  
Valor a pagar: 21.95  
Valor a receber: 0.00

**PAGAMENTO POR MULTIBANCO**  
ENTIDADE: 20110  
RESPONSABILIDADE: 808501050  
MONTANTE FACTURA: 21.95  
MONTANTE A PAGAMENTO: 42.00

**PAGAMENTO POR MULTIBANCO**  
ENTIDADE: 20110  
RESPONSABILIDADE: 808501050  
MONTANTE FACTURA: 21.95  
MONTANTE A PAGAMENTO: 42.00

**PAGAMENTO POR MULTIBANCO**  
ENTIDADE: 20110  
RESPONSABILIDADE: 808501050  
MONTANTE FACTURA: 21.95  
MONTANTE A PAGAMENTO: 42.00

- 1 Identificação da Empresa Gestora
- 2 Nome e morada para envio das facturas
- 3 Valores facturados pela empresa (Água e Saneamento)
- 4 Dedução dos valores facturados por estimativa em documentos anteriores
- 5 Valor a pagar com indicação do IVA
- 6 Dados da factura
- 7 Morada de consumo/dados do Cliente
- 8 Débitos por conta de outras entidades
- 9 Serviços prestados pela Empresa
- 10 Consumos nos últimos 12 meses
- 11 Período a que se refere a factura e as leituras
- 12 Conta do cliente
- 13a Mensagens relacionadas com o controlo de qualidade e outros
- 13b Mensagens relacionadas com o IVA e outros
- 14a Dados para pagamento da factura e/ou da dívida por Multibanco
- 14b Dados para pagamento da factura e/ou da dívida nos balcões da empresa e outros canais de cobrança contratados

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

- ❖ Ora, o que se pretende com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 é acrescentar na atual fatura a decomposição das componentes de custos em “alta”, incluindo a autonomização do valor da tarifa devido às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais ou intermunicipais de abastecimento de água, saneamento ou recolha de resíduos, para além do atual valor da tarifa devido às entidades gestoras dos sistemas municipais.
- ❖ Em nossa opinião, esta situação vai causar ainda mais dúvidas junto dos consumidores.
- ❖ A fatura vai ser mais extensa, mais complexa e incompreensível para qualquer pessoa que não esteja informada sobre a organização do sector das águas e dos resíduos.
- ❖ Mesmo que o detalhe da fatura não acarretasse sobrecustos para o consumidor (e a verdade é que haverá sobrecustos para o consumidor), a perceção do consumidor será necessariamente de um aumento do custo do serviço o que resultará, inevitavelmente, em milhares de reclamações por todo o País.

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

❖ Suponha-se, por exemplo, a nova fatura em Cascais, Oeiras ou Sintra.

De futuro, a fatura terá de incluir:

- O valor faturado pela Águas de Cascais (ou SMAS de Oeiras, ou SMAS de Sintra) pelos serviços de água;
- O valor faturado pela Águas de Cascais (ou SMAS de Oeiras, ou SMAS de Sintra) pelos serviços de saneamento;
- O valor devido à Câmara Municipal de Cascais (ou CM Oeiras, ou CM Sintra) pelos serviços de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos;
- O valor devido à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, pela Taxa de Recursos Hídricos;
- O valor devido à ERSAR pela Taxa de Controlo de Qualidade da Água;
- O valor devido à EPAL pelo fornecimento de água;
- O valor devido à SANEST pelo tratamento das águas residuais;
- O valor devido à TRATOLIXO pelo tratamento e deposição final dos RSU.



#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

- ❖ Mas a decomposição da fatura poderá ter ainda outros problemas que a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 não aborda:
  - Os caudais mínimos obrigatórios cobrados por alguns sistemas multimunicipais deixam de existir?
  - Como é que se imputam as perdas de água e/ou os caudais pluviais de infiltração na fatura do consumidor?
  - O que acontece aos valores de clientes incobráveis?
  - E aos clientes de consumo “zero” (ex: emigrantes, casas de verão, etc.)?
  - Como se imputam os custos dos sistemas multimunicipais ou intermunicipais aos fontanários e outros pontos de entrega de água gratuita (ex.: bombeiros)?
  - Qual o desconto dos sistemas multimunicipais e intermunicipais a praticar no caso de tarifários sociais e de famílias numerosas?
  - Como se pondera a utilização de água para incêndios entre os sistemas municipais e multimunicipais ou intermunicipais? Certamente eles não podem constituir um custo dos primeiros e, simultaneamente, uma receita dos segundos.



#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

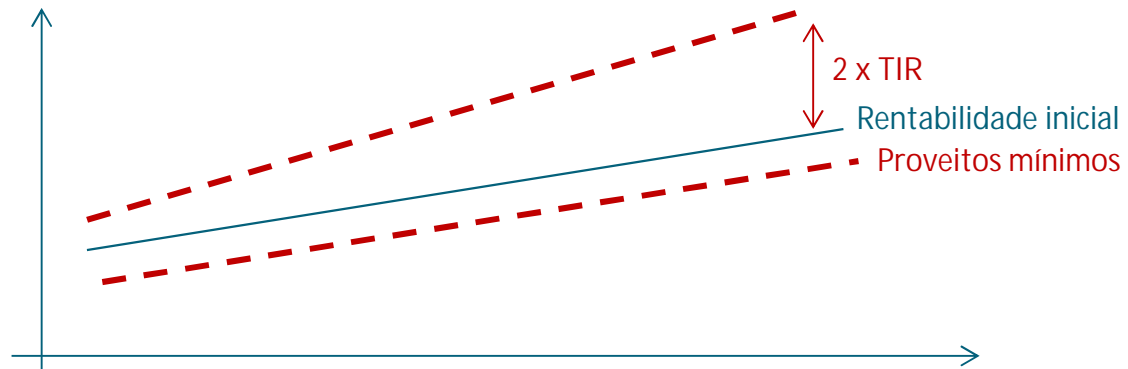
- ❖ Em resumo, a AEPSA considera que a proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 não é exequível, nem justa, não defende o interesse público nem dos consumidores.
- ❖ A AEPSA considera ainda que o D.L. 194/2009 deveria ser profundamente revisto, adiantando seguidamente algumas sugestões.



#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

##### ❖ Proveitos mínimos e atualização das tarifas

- No modelo de concessão cabe ao concedente pagar o défice relativo ao direito a proveitos mínimos a que o concessionário tem, durante o período da concessão, na eventualidade dos proveitos tarifários reais serem inferiores àqueles mínimos.



- Mas a concedente só pode exigir a revisão do contrato de concessão caso se perspetive uma taxa interna de rentabilidade (TIR) para o investimento acionista superior ao dobro daquela que consta no contrato de concessão inicial.

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

##### ❖ Proveitos mínimos e atualização das tarifas

- Dito de outra forma, a rentabilidade do concessionário privado está garantida (inferiormente) pelos proveitos mínimos e limitada (superiormente) por uma TIR duas vezes superior à inicial. A AEPSA considera que esta situação não defende o interesse público, pois não reflete uma adequada transferência de riscos para o Privado.
- Pergunta-se: não seria mais justo do ponto de vista do interesse público que os contratos de concessão fossem revistos periodicamente – de 5 em 5 anos – tal como nos restantes modelos de gestão?
- Nessa situação ambos os interesses – público e privado – estariam equilibrados e salvaguardados na medida em que as partes teriam de rever os pressupostos da concessão e ajustá-los à realidade de 5 em 5 anos.
- Mas há outras soluções, justas e defensoras do interesse público, que a AEPSA desde já se disponibiliza a apresentar e discutir com o Governo.

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII com a Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012

❖ Outras situações que a AEPSA considera que devem ser revistas no DL 194/2009

- Ligação à rede
- Fontanários
- Tarifários especiais
- Serviços de incêndio
- Ramais de ligação
- Consumos de água que não contribuem para a coleta de águas residuais
- Abastecimento de sistemas prediais comunitários ou com múltiplos utilizadores
- Tarifas de saneamento
- Contrato de Gestão de Delegada
- Participação de capitais privados
- Revisão do contrato de concessão
- Resgate
- Taxa de inflação e taxa de juro sem risco
- Inspeção aos sistemas prediais



5. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII e da Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 com a Proposta de Decreto-Lei n.º 613/2012

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII e da Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 com a Proposta de Decreto-Lei n.º 613/2012

❖ Na generalidade:

- Com esta alteração, o Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, concentra-se no regime aplicável aos sistemas multimunicipais. Em nossa opinião parece adequado excluir do Decreto -Lei n.º 379/93 as normas respeitantes aos sistemas municipais que, de resto, se encontram já no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, dedicado ao regime de exploração e gestão dos sistemas municipais.
- No entanto, o documento contém várias disposições vagas e que podem gerar mais do que uma interpretação.

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei n.º 125/XII e da Proposta de Decreto-Lei n.º 602/2012 com a Proposta de Decreto-Lei n.º 613/2012

Destacam-se aqui algumas dúvidas que esta proposta suscita:

- ❖ Artigo 2.º, n.º2 e n.º4
  - Em situações onde os sistemas multimunicipais fornecem água diretamente a utilizadores finais esses sistemas multimunicipais estão obrigados ao regime jurídico aplicável, ou seja ao D.L. 194/2009. É correta esta interpretação?
  - Deve ser salvaguardada a situação de exclusividade atribuída a concessões (ou qualquer outro regime de gestão delegada).
  - Deve também ser salvaguardada a situação de contratos de concessão (ou qualquer outro regime de gestão delegada) estabelecidos em data anterior à criação, ou integração, de sistemas multimunicipais, prevendo-se na Lei a forma de compensação ou de equilíbrio económico-financeiro face à nova realidade.
  - Finalmente, alertamos para os riscos financeiros e potenciais alterações nos contratos de financiamento existentes.

#### 4. Conjugação da Proposta de Lei nº 125/XII e da Proposta de Decreto-Lei nº 602/2012 com a Proposta de Decreto-Lei nº 613/2012

❖ Artigo 5º, nº6

- É retirado o direito de voto aos municípios?

❖ Artigo 8º

- O prazo das concessões multimunicipais é de 50 anos. O prazo máximo admitido no D.L. 194/2009 é de trinta anos, não prorrogáveis.
- Não se compreende a desigualdade de tratamento entre entidades gestoras.

❖ Artigo 11º, nº1

- Não se compreende porque é que o presente diploma não é aplicável à EPAL e à Águas de Santo André.

❖ Sobre o Decreto-Lei nº 195/2009, de 20 de Agosto

- Não se compreende porque é que o Decreto-Lei nº 195/2009 não é sequer mencionado na presente Proposta de Decreto-Lei.

AEPSA

Audição sobre as PPL 123/XII (GOV) e 125/XII (GOV)

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E  
PODER LOCAL

OBRIGADO

13 de Março de 2013